

Largo do Coimbra, Ouro Preto: a trajetória de um espaço frente ao pensamento moderno e à política de preservação da SPHAN

Liliane de Castro Vieira

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia
liliane_vieira@yahoo.com.br

O artigo tem por objetivo ilustrar, através da trajetória do Largo do Coimbra, em Ouro Preto, o pensamento moderno e a atuação dos intelectuais da SPHAN na política de preservação do patrimônio nacional no primeiro momento de sua existência. As ações nesse espaço na década de 1940 revelam a busca de uma identidade nacional e o “colonial” eleito como marca desta nacionalidade.

Palavras-chave: pensamento moderno, política de preservação, Largo do Coimbra

By studying the course of Largo do Coimbra, in Ouro Preto, this article aims to illustrate the modern idea and the actions by the intellectuals from SPHAN (National Artistic and Historical Heritage Superintendence) at its first steps in the 40's. The actions in Largo do Coimbra at that time reveal the search for a national identity and the colonial style is chosen as a symbol of that identity.

Keywords: modern thought, preservation policies, Largo do Coimbra

1- Introdução

As primeiras ações da SPHAN nos centros tombados, da sua criação em 1937 até a década de 1960, trataram a cidade como expressão estética. Essa atuação inicial refletiu nos critérios adotados para intervenções e obras novas e influencia até hoje as políticas preservacionistas e o entendimento que as comunidades urbanas têm sobre o valor das cidades como patrimônio.

Nesse primeiro momento, as cidades mineiras foram selecionadas pelos intelectuais modernos para o exercício da busca de uma identidade nacional. Segundo Lúcio Costa, a arquitetura colonial foi a primeira expressão “autenticamente” brasileira e fonte de inspiração para uma arquitetura moderna. Dessa forma, a cidade de Ouro Preto tornou-se patrimônio nacional e padrão para este patrimônio e o “colonial” foi eleito marca desta nacionalidade.

2- A criação da SPHAN e os intelectuais modernos

A criação da SPHAN, em 1937, ocorreu em meio a um contexto cultural marcado pelo movimento moderno e a instauração do Estado Novo, no mesmo ano. Desde a segunda

década do século XX, intelectuais, que depois se integraram ao movimento moderno, publicavam artigos alertando para a ameaça da perda dos monumentos de arte colonial. No início dos anos 1930, o país passou a ser dirigido sob a orientação de uma ideologia nacionalista, autoritária e modernizadora, e o ideário do patrimônio foi integrado ao projeto de construção da nação pelo Estado, no Estado Novo.

Os intelectuais modernos foram escolhidos para assumir esse projeto no governo de Getúlio Vargas devido à ascensão do Ministério da Educação e Saúde de Gustavo Capanema - que apoiou e utilizou o movimento moderno para a criação de símbolos da nova era - e da superioridade qualitativa em termos de produção intelectual e de prestígio dos modernos, em contraposição a outras correntes também identificadas à defesa do patrimônio (neocolonial).

Nesse contexto, foi através da SPHAN - concebida enquanto uma instituição responsável em "...identificar e afirmar uma cultura brasileira autêntica"¹ - que os arquitetos modernos atuaram como integrantes da estrutura montada pelo Estado Novo. Sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, no cargo entre 1937-69, na chamada "fase heróica", os intelectuais adotaram a missão de criar um novo país, moderno e civilizado, através da produção de "...uma imagem singularizada do Brasil enquanto cultura e como parte da moderna civilização ocidental"². Para tanto, o "tradicional" ou "regional" foi escolhido para retomar autênticos valores nacionais para a construção de uma imagem nacionalista singular do país.

É importante considerarmos no movimento moderno e na política de preservação do patrimônio, como nos alerta Maria Cecília Londres Fonseca³, o sentido de ruptura deste movimento no Brasil e a presença de Minas Gerais como tema e os mineiros como personagens. Além desses fatores, devemos lembrar a autoridade de Lúcio Costa como o "teórico" do grupo.

A missão de construir uma tradição brasileira autêntica foi liderada na arquitetura por Lúcio Costa já a partir de 1928, ao passar da adesão do estilo neocolonial para a arquitetura moderna. Nesse percurso, o estilo neocolonial teve sua importância uma vez que "...representou a primeira reação, a partir da segunda década do século, à incorporação

¹ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996. p. 41.

² Ibidem, p. 41.

³ FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, 1997. 316 p.

acrítica dos estilos históricos europeus pelo ecletismo no Brasil, e ao desconhecimento e mesmo desvalorização da tradição construtiva vinda da colônia”⁴.

No período em que foi adepto ao neocolonial, Lúcio Costa procurou fazer uma análise mais profunda dos princípios da arquitetura colonial brasileira, fato que influenciou sua arquitetura e permitiu, mais tarde, que ele integrasse tradição e modernidade. Yves Bruand afirmou que “a preocupação (de Lúcio Costa) com as soluções funcionais e com os volumes claramente definidos, característicos de suas primeiras obras, era um retorno consciente aos valores permanentes que havia descoberto na arquitetura luso-brasileira dos séculos XVII e XVIII, da qual, em contrapartida, rejeitava o que era pura decoração”⁵.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que Lúcio Costa e outros intelectuais realizaram um movimento no sentido de dissecar os repertórios tradicionais – analisá-los, fragmentá-los – a racionalidade moderna levou a experimentos artísticos radicais e, neste contexto, somente o novo era capaz de alcançar alguma expressão singular. Não surpreende notar, portanto, que “os mesmos intelectuais que se voltaram, simultaneamente, para a criação de uma nova linguagem estética – no sentido de ruptura do passado – e para a construção de uma tradição – no sentido de buscar continuidade”⁶.

Para os intelectuais modernos, Minas Gerais constitui-se, desde a segunda década do século XX, em pólo catalisador e irradiador de idéias. Vários intelectuais nesse período, em viagem a Minas, descobriram a arquitetura colonial e passaram a identificar neste estado o berço de uma civilização brasileira, tornando-se a proteção dos monumentos históricos e artísticos mineiros – e por consequência do resto do país – parte da construção da tradição nacional. O barroco foi percebido como a primeira manifestação cultural tipicamente brasileira, possuidor da aura da origem da cultura brasileira, identificado sistematicamente como representação do “autêntico”, de “estilo puro”.

Na década de 1920, Mário de Andrade e outros intelectuais realizaram uma série de viagens culturais com o intuito de “redescobrir” o Brasil. Nesse processo, a “redescoberta” da cidade de Ouro Preto adquiriu significado especial para os modernos como a autêntica expressão da cultura brasileira: “A redescoberta de Ouro Preto é um dos grandes feitos do modernismo. Mário de Andrade esteve lá. Oswald de Andrade escreveu os famosos versos sobre os profetas de Aleijadinho. De Manoel Bandeira é a substanciosa crônica “De Villa

⁴ Ibidem, p. 97.

⁵ BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1981. 2 ed. p. 72.

⁶ FONSECA, op. cit., p. 98.

Rica de Albuquerque a Ouro Preto dos Estudantes”, primeiro núcleo daquilo que será mais tarde o indispensável Guia de Ouro Preto. Vieram as páginas de Carlos Drummond de Andrade. Vieram os serviços de Rodrigo Melo Franco de Andrade e basta este caro nome para revelar o sentido profundo dessa (...) descoberta: em Ouro Preto conquistou o Brasil Moderno sua consciência histórica”⁷.

3- A política de preservação da SPHAN

Nas primeiras décadas de sua atuação nos centros tombados, a SPHAN elegeu o colonial como marca e a cidade de Ouro Preto - monumento nacional desde 1933 - como padrão para o patrimônio nacional. O “barroco” foi usado como uma espécie de sinal totêmico da identidade cultural brasileira a partir da “redescoberta” de Ouro Preto e foi interpretado pelos intelectuais como predecessor do estilo “moderno”, por ser considerado detentor de valores “universais” como o movimento moderno.

Do ponto de vista de um projeto intelectual, os integrantes da SPHAN, afinados com o movimento moderno, propuseram a reelaboração do que seria a tradição cultural brasileira, recusando a cópia (neo) quanto à mistura (ecléctico) de estilos pretéritos. “A afinidade estrutural (...) da arquitetura moderna com as técnicas construtivas tradicionais era demonstrada para erigir esses dois estilos nas manifestações mais autênticas da arquitetura brasileira”⁸.

A construção do Grande Hotel de Oscar Niemeyer, em Ouro Preto, entre 1940-44, eternizou esse ideal de nacionalidade do grupo moderno e Lúcio Costa chegou a escrever uma carta para Rodrigo M. F. de Andrade recomendando o hotel que, de acordo com ele, era de “boa arquitetura”. Assim, os intelectuais modernos e técnicos da SPHAN “... afirmam os cânones “modernos”, ao colocar a produção desta corrente em pé de igualdade com a setecentista mineira, eminentemente considerada a mais cara e sagrada do Brasil. Após a construção do hotel os “modernos” impõem seus princípios internos enquanto construtores dos monumentos futuros e árbitros do gosto nacional”⁹.

Na prática dos tombamentos, a prioridade foi dada aos remanescentes de arte colonial brasileira: “Foi, portanto, relativamente aos bens imóveis dos séculos XVI, XVII e XVIII,

⁷ CARPEAUX, Otto Maria. “Ouro Preto: 8 de julho de 1711”. In: **Correio da Manhã**, 8 de julho. In: Arquivo da SPHAN (Ouro Preto), Rio de Janeiro, 1961.

⁸ FONSECA, op. cit., p. 130.

⁹ CAVALCANTI, Lauro. “Encontro moderno: volta futura ao passado”. In: CHUVA, Márcia. **A invenção do Patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995. p. 45.

primordialmente de arquitetura colonial e religiosa, que a instituição desenvolveu a maior parte de suas pesquisas, o que permitiu, ao longo do tempo, que se formulassem critérios considerados seguros para as decisões sobre tombamento e sobre trabalho de restauração”¹⁰. Em seguida, privilegiou-se o neoclássico; a arquitetura moderna foi incluída a partir do tombamento da Igreja da Pampulha, em Belo Horizonte, em 1947.

Dessa forma, na política de preservação do patrimônio, o principal instrumento de legitimação das escolhas realizadas era a autoridade dos técnicos e prevaleceu uma apreciação de caráter estético, baseada nos cânones da arquitetura moderna. Essa visão normativa da arquitetura brasileira influenciou a prática da restauração e resultou em “ações corretivas” nas cidades coloniais através da retirada de vestígios do século XIX. Lúcio Costa referiu-se aos estilos posteriores ao século XVIII como “pseudo-arquitetura” e “desarrumação”¹¹ e afirmou: “O século XIX, vulgarizando os moldes e formas, industrializou o ornato, transformando-o em artigo de série, comercial, tirando-lhe assim a principal razão de ser – a intenção artística, e despindo-o de qualquer interesse como documento humano”¹².

Nesse processo, em Ouro Preto, quase todas as referências da evolução da cidade posteriores ao século XVIII - frontões, platibandas - foram retiradas. As novas edificações deveriam diluir-se no conjunto - através da aproximação da expressão formal à arquitetura tradicional - ou ser contemporâneas, de boa arquitetura.

Portanto, a SPHAN ao recriar¹³ a prática da restauração nas primeiras décadas de sua atuação nos centros tombados, elegeu um padrão - com viés estetizante - de uma fase de Ouro Preto, indicando o uso de elementos tipológicos; com objetivo de conservar a imagem da cidade, outorgou à fachada um papel primordial. Ainda hoje, persistem os critérios tradicionais de valoração, que dão ênfase aos aspectos formais e à dimensão estética dos bens, o que dificulta a aquisição de uma significação social mais ampla do patrimônio cultural brasileiro.

4- O Largo do Coimbra

¹⁰ FONSECA, op. cit., p. 122.

¹¹ COSTA, Lúcio. **Sobre Arquitetura**. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962. 1º v.

¹² Ibidem, p. 34.

¹³ AZEVEDO, Paulo Ormino de. “A restauração arquitetônica entre o passado e o presente”. In: **RUA - Revista de Arquitetura e Urbanismo**, n. 8. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, outubro de 2003. p. 18.

O ponto central no sucesso dos modernos esteve na habilidade em criar e gerir monumentos – interpretados como materialização de valores permanentes da civilização – enquanto estratégia de autenticação de uma identidade nacional brasileira. Dessa forma, a política de patrimônio cultural implementada pela SPHAN, entre 1937 e 1979, concentrou-se em monumentos arquitetônicos, religiosos e históricos, embora a definição do Decreto-Lei nº. 25, de 30/11/1937, fosse bastante abrangente. A metáfora visual de Rodrigo M. F. de Andrade na sua narrativa era o monumento e seu sucessor, Renato de Azevedo Duarte Soeiro, deu continuidade a esta visão.

Rodrigo M. F. de Andrade afirmou, em texto lido na sessão Plenária do Conselho Federal de Cultura, em 29/01/1969, sobre a Carta de Veneza, elaborada em 1964, que “... a noção de monumento compreende não só a construção arquitetônica em si mesma, mas também a moldura em que ela é inserida. O monumento é inseparável do meio em que se encontra situado e, bem assim, do ambiente histórico do qual constitui testemunho. Reconhece-se, conseqüentemente, valor monumental tanto aos grandes conjuntos arquitetônicos, quanto às obras modestas que adquiriram, no decorrer do tempo, significação cultural e humana”¹⁴. Na ocasião, Rodrigo M. F. de Andrade também mencionou que a maior concentração dos monumentos que integravam o patrimônio histórico e artístico nacional estava localizada em Minas Gerais.

Em Ouro Preto, medidas como demolição, recomposição, restauro e remoção foram utilizadas em busca de um padrão colonial para dar maior visibilidade à cidade monumento. Em parecer¹⁵ emitido em 27/03/1958, na qualidade de diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos (DET), Lúcio Costa propôs ações relacionadas aos 250 anos de Ouro Preto, entre elas a reforma do prédio do Cine Vila Rica de “aspecto bastardo”¹⁶ para uma feição colonial.

Diante desse quadro, a trajetória do Largo do Coimbra, em Ouro Preto, ao longo da década de 1940, ilustra o pensamento moderno na política de preservação do patrimônio brasileiro e o conceito e a importância dos monumentos nesta visão. Nesse espaço (figura 1), destaca-se a Igreja São Francisco de Assis - que consagrou Aleijadinho -, além de edificações como

¹⁴ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e o SPHAN; coletânea de textos sobre o patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Pró-Memória, 1987. p. 77.

¹⁵ PESSOA, José. **Lúcio Costa: Documentos de trabalho**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999. p. 148-150.

¹⁶ MOTTA, Lia. “A Sphan em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios”. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. nº 22. Rio de Janeiro: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura, 1987. p. 110.

a residência do inconfidente Tomás Gonzaga, na Rua Cláudio Manoel nº61, atualmente sede da Secretaria de Turismo e Cultura de Ouro Preto. É interessante notar como ainda são fortes associações simbólicas com os eventos e personagens da Inconfidência Mineira - símbolo dos ideais nacionalistas de autonomia política - e a presença desses “heróis” nacionais criados pelos intelectuais modernos na busca de um ideal histórico.



Figura 1: Largo do Coimbra, Ouro Preto, 2002.

O Largo do Coimbra, espaço em frente à Igreja de São Francisco de Assis, foi ocupado, no século XIX, por um rústico mercado de tropeiros que logo se tornou ponto de movimento comercial e social na cidade. No final do mesmo século, o mercado foi substituído por uma construção neoclássica (figura 2). A análise de pareceres, relatórios e cartas trocados entre os técnicos da SPHAN, entre 1944-45, nos indicou a intenção de demoli-lo e a existência de um projeto de Lúcio Costa para o aproveitamento da área resultante da demolição do Mercado.

Percebe-se que a troca de correspondências entre os técnicos alongou-se devido à dificuldade em retirar um açougue instalado no Largo do Coimbra. A análise desses documentos não esclareceu se esse açougue ocupava a edificação do antigo mercado, parte da mesma ou algo anexo; de qualquer maneira, não há registro de outra edificação

nesse espaço além do mercado. Em ofício de 5/10/1944, Eduardo Tecles, chefe da delegacia regional da SPHAN, escreveu para Rodrigo M. F. de Andrade: “Agradecendo-vos pelas informações prestadas em vosso ofício datado de 2 do corrente acerca das providências que tomastes para a oportuna execução das obras projetadas pelo arquiteto Lúcio Costa em benefício da praça fronteira à igreja São Francisco de Assis, fico na expectativa de vossa ulterior comunicação acerca do entendimento que o Sr. Prefeito Municipal deverá ter com o proprietário de açougue a ser demolido na referida praça”¹⁷.



Figura 2: Largo do Coimbra, Ouro Preto, início da década de 1940.

Em ofício de 6/11/1944, para Eduardo Tecles, Rodrigo M. F. de Andrade esclareceu sobre as obras do Largo do Coimbra:

“Com referência ao assunto de vossa carta nº1, datada de 10/10 próximo findo cumpre-me comunicar-vos o seguinte:

A vista das condições do terreno da praça fronteira à igreja São Francisco de Assis, tal como figura do levantamento procedido, por vossa iniciativa e revertido a esta diretoria, foi necessário ajustar-se o projeto do futuro logradouro às referidas condições.

Remeto-vos, portanto, inclusa, cópia do projeto ajustado, de acordo com o qual toda a área resultante da demolição do antigo mercado e, bem assim, a ocupada pelo açougue atual, deverão ser incorporados à futura praça que será limitada pela calçada existente e

¹⁷ Ofício nº. 850, de Rodrigo M. F. de Andrade para Eduardo Tecles, em 5/10/1944. Fonte: IPHAN Belo Horizonte.

completada com o material que se encontra ali. O calçamento da mesma praça deverá ser feito com pé de moleque, estendendo-se a pavimentação desse material, que existe em determinado trecho a toda a área do logradouro projetado.

As árvores indicadas no projeto deverão ser de procedência local e de grande porte”¹⁸.

A preocupação com o entorno do largo ficou evidente na discussão acerca da altura do muro que cerca a parte de trás da futura praça: “...observamos que , se tivermos que reduzir a menos de 1,80, que é a parte mais baixa do muro atualmente existente, deixaremos a vista uma caixa d’água que está sobre o muro de arrimo na parte posterior, (...). Também deixará devassador vários fundos das casas da Rua Cláudio Manoel, de muito mal aspecto”¹⁹.

Em ofício de 18/12/1944, Eduardo Tecles informou para Rodrigo M. F. de Andrade ainda sobre as obras em andamento:

“Junto a este vae uma fotografia da praça onde existiu o mercado e onde estamos fazendo vários trabalhos para o seu aproveitamento.

Ali já foi arrancado todo o embasamento das paredes que era de alvenaria de pedra. Foi feita a revisão de todo o passeio, que em conseqüência da demolição, ficou com as lajes desarticuladas. Construímos trecho de passeio onde existiu rampa, em toda a largura correspondente a fachada do açougue. No mesmo trecho foi feito um muro de arrimo para o nivelamento (...). Aterramos toda a área correspondente à antiga rampa. Demolimos o muro do fundo, até a altura da mureta, sendo que um pedaço (...) foi demolido até a base, (...) e refeita a mureta. Removemos toda a pavimentação do ex-mercado, que era em parte cimentada sobre calçamento comum, lajes irregulares, e paralelepípedos, e em vários níveis. Nível geral do terreno, com remoção de terra”²⁰.

Sobre o ajardinamento da praça, em ofício de 15/01/1945 para Eduardo Tecles, J.A. Cavalcanti de Albuquerque, diretor substituto, enviou instruções: “Com referência ao assunto de vossa carta nº22, Diretor substituto de 2 de janeiro corrente, tenho o prazer de remeter-

¹⁸ Ofício nº. 993, de Rodrigo M. F. de Andrade para Eduardo Tecles, em 6/11/1944. Fonte: IPHAN Belo Horizonte.

¹⁹ Ofício nº. 18, de Eduardo Tecles para Rodrigo M. F. de Andrade, em 18/11/1944. Fonte: IPHAN Belo Horizonte.

²⁰ Ofício nº. 22, de Eduardo Tecles para Rodrigo M. F. de Andrade, em 18/12/1944. Fonte: IPHAN Belo Horizonte (grafia original).

vos inclusa cópia das indicações esboçadas pelo arquiteto Lúcio Costa para o ajardinamento da praça fronteira à igreja São Francisco de Assis”²¹.

Em 17/02/1945, Rodrigo M. F. de Andrade enviou junto com ofício endereçado a Ouro Preto, notas de orientação do arquiteto Lúcio Costa, de 16/02/1945, para as obras em andamento na praça fronteira à igreja São Francisco de Assis:

“1- Fazer a mureta de pedra a vista na parte em ângulo reto, correspondente ao muro de arrimo fronteiro à igreja de São Francisco.

Essa mureta deverá prolongar-se até onde a calçada, já de nível, dobra para a esquerda em ângulo reto.

2- Desfazer o pequeno trecho de soleira já ameaçado nesse ponto em que a calçada dobra para a esquerda (...).

3- (...) Sempre constou do ante-projeto vegetação ao longo da referida mureta.

4- Lembrar ao Sr. Eduardo Tecles que as lajes da calçada não devem ser rejuntadas com cimento”²².

Encontramos nos arquivos do IPHAN de Belo Horizonte a cópia de um croqui (figura 3) sem identificação de autoria e com a seguinte legenda: “Anteprojetado para o aproveitamento da área resultante da demolição do mercado, Ouro Preto - SPHAN”. O referido desenho sugere uma praça em “L”, cercada de mureta, com bancos para repouso e paisagismo, incluindo árvore de grande porte. O desenho é referenciado por letras, indicando uma legenda, não localizada. Acreditamos que tais croquis possam ser de Lúcio Costa, mas não podemos afirmá-lo como verdadeiro. No entanto, o Professor Ivo Porto de Menezes, arquiteto da SPHAN em Ouro Preto em parte do período em que Lúcio Costa atuou como diretor da DET, informou-nos que Lúcio Costa não assinava ou rubricava os desenhos que fazia para a SPHAN.

Não se sabe, ao certo, quais foram os motivos que levaram à demolição do mercado / açougue, nem sua autoria, mas podemos especular alguns: o desenho “bastardo” do mercado, que, no entanto, poderia ter sido somente “corrigido” como ocorreu com o Cine Vila Rica sem que para isso a demolição fosse necessária. Ou ainda, a intenção de dar maior “visibilidade” à Igreja São Francisco de Assis, confirmando a noção moderna de monumento: visibilidade no sentido de aumentar o vazio diante da Igreja São Francisco de Assis, tornando-a visível de mais pontos da cidade, e / ou visibilidade no sentido de destacar

²¹ Ofício nº. 53, de J.A. Cavalcanti de Albuquerque para Eduardo Tecles, em 15/01/1945. Fonte: IPHAN Belo Horizonte.

²² Ofício nº. 213, de Rodrigo M. F. de Andrade para Ouro Preto, em 17/02/1945. Fonte: IPHAN Belo Horizonte.

o colonial e manter um contexto coerente. O Professor Leonardo Barci Castriota²³ acredita nessa na intenção de dar visibilidade à Igreja e ao conjunto barroco.

Hoje, o espaço do antigo mercado e da praça projetada por Lúcio Costa e executada por técnicos da SPHAN é ocupado por uma feira de *souvenir* em pedra sabão para os turistas: ironicamente, a função de mercado foi naturalmente retomada.

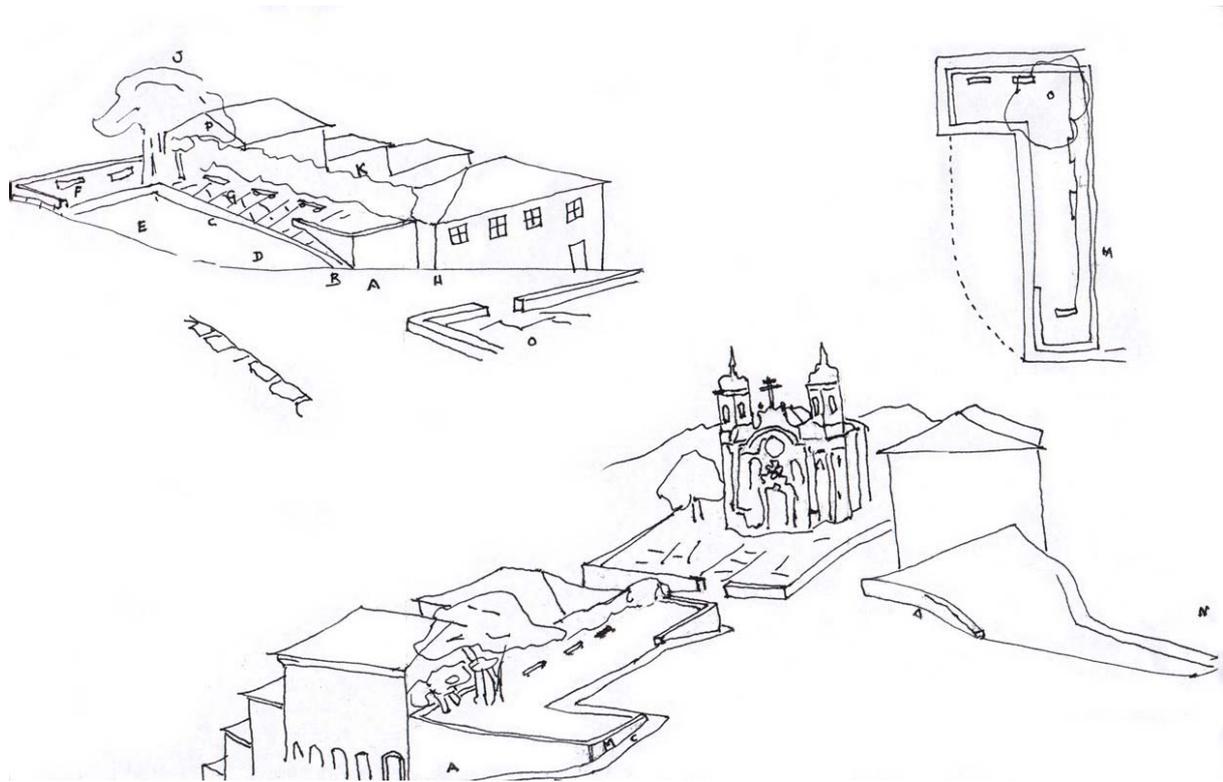


Figura 3: Largo do Coimbra, Ouro Preto, "Anteprojeto para o aproveitamento da área resultante da demolição do mercado, Ouro Preto - SPHAN".

5- Conclusão

A trajetória do Largo do Coimbra ilustra, portanto, o pensamento moderno e a atuação dos intelectuais da SPHAN na política de preservação do patrimônio nacional no primeiro momento de sua existência. A demolição de um mercado de feição neoclássica, o projeto de Lúcio Costa e a execução da obra pela SPHAN demonstram a busca da pureza, da integridade e da continuidade de uma forma original e de um passado exemplar - o colonial - presentes na narrativa dos intelectuais nacionalistas. Revelam também a importância dos monumentos - e de seu entorno - na construção de uma identidade nacional, além de

²³ CASTRIOTA, Leonardo Barci. "Nas encruzilhadas do desenvolvimento: a trajetória da preservação do patrimônio em Ouro Preto". In: **Urbanização Brasileira: Redescobertas**. Belo Horizonte: C / Arte, 2003. p. 197.

destacar os intelectuais modernos como aqueles que “projetaram a capital do futuro, ao mesmo tempo em que remodelaram a face da capital simbólica do passado colonial”²⁴.

6- Referências

AZEVEDO, Paulo Ormino de. “A restauração arquitetônica entre o passado e o presente”. In: **RUA - Revista de Arquitetura e Urbanismo**, n. 8. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, outubro de 2003.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e o SPHAN; coletânea de textos sobre o patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Pró-Memória, 1987.

BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1981. 2 ed.

CARPEAUX, Otto Maria. “Ouro Preto: 8 de julho de 1711”. In: **Correio da Manhã**, 8 de julho. In: Arquivo da SPHAN (Ouro Preto), Rio de Janeiro, 1961.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. “Nas encruzilhadas do desenvolvimento: a trajetória da preservação do patrimônio em Ouro Preto”. In: **Urbanização Brasileira: Redescobertas**. Belo Horizonte: C / Arte, 2003. 304 p.

CHUVA, Márcia. **A invenção do Patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

COSTA, Lúcio. **Sobre Arquitetura**. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962. 1º v.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, 1997. 316 p.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996. 156 p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Belo Horizonte.

_____. **Cartas Patrimoniais**. Brasília: Ministério da Cultura / IPHAN, 1995. 344 p.

MOTTA, Lia. “A Sphan em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios”. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. nº 22. Rio de Janeiro: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura, 1987.

_____. “Cidades mineiras e o IPHAN”. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

PESSOA, José. **Lúcio Costa: Documentos de trabalho**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

²⁴ CAVALCANTI, op. cit., 1995, p. 52.